
***Judeus de Lamego
e outros cristãos-novos do Alto Douro
(séculos XV-XVIII),
de J. M. Braz, por Nuno Resende***

Com o título «Judeus de Lamego e outros cristãos-novos do Alto Douro (séculos XVI-XVIII)» foi recentemente editada uma obra da autoria de João Manuel Braz, publicada a instâncias do *Laboratório de Estudos Judaicos*, mas cuja edição esteve a cargo de «Academia de Letras e Artes».

A obra, de 723 páginas, compõe-se de uma Apresentação, Introdução, Índice onomástico e Bibliografia, organizando-se em torno de 24 títulos com numeração romana, correspondentes a descendências genealógicas de indivíduos ou famílias judaicas de Lamego que, em alguns casos, iniciam ou ultrapassam a cronologia e a geografia definida no título.

Na apresentação, da autoria de António de Albuquerque de Sousa Lara indica-se a instituição acolhedora do projecto em que se inscreve esta obra – o Laboratório de Estudos Judaicos do Instituto Superior de Sociais e Política da Universidade de Lisboa – e a razão da mesma: «perceber a realidade concreta da rede de judeus sefarditas convertidos no nosso país e «a diversidade das realidades sociológicas subjacentes». O mesmo apresentante assinala ser este o quinto volume sobre o levantamento das «judiarias» [sic] de Portugal, anunciando o volume seguinte, dedicado aos judeus de Castelo de Vide.

Na introdução, o autor, João Manuel Braz, doutorado em Biologia Celular e Molecular, elabora uma breve síntese sobre a «surpreendente» ausência de estudos sobre o Tribunal da Inquisição de Lamego, sugerindo o trabalho ora publicado como garante preenchimento dessa lacuna. Assinala o que poderá ser a sua metodologia (em mais nenhum lado definida): a consulta ao «elevado número de processos

da inquisição de Lamego que foram conservados e digitalizados» e aos registos paroquiais das freguesias de Almacave e Sé.

Seguem-se, depois, os pontos I - Tribunal da Inquisição, II - Judiarias de Lamego e III - Judeus de Lamego onde o autor pretende desenvolver, talvez, os aspectos sociológicos quer do funcionamento institucional daquele braço do Estado, quer do comportamento dos indivíduos ante a mesma instituição, sem contudo apresentar e desdobrar conceitos sobre as classificações que faz dos indivíduos e seus comportamentos, nem apresentar fundamentos para muitas das asserções com que, sem imparcialidade, tenta sintetizar o percurso histórico dos judeus e (ou) cristãos-novos em Portugal.

Apesar de na primeira nota de rodapé elencar uma lista de referências (referências que apresenta, aliás, sem qualquer respeito pela normalização nacional ou estrangeira), o autor não elabora qualquer estado da arte para o tema nacional e até regional do, que não é como o autor tão implacavelmente apresenta como estéril, tendo este sido tratado em algumas das obras que só pontualmente utiliza para confirmar algumas das suas asserções, nomeadamente o recente trabalho de Manuela Vaquero (Ferreira, M. M. d. S. V. F. (2013). *O Tribunal da Inquisição de Lamego: contributo para o estudo da Inquisição no Norte de Portugal*. Tese de Doutoramento em Cultura Portuguesa, UTAD), ou a sobejamente conhecida obra de M. Gonçalves da Costa (Costa, M. G. da - *História da Cidade e do Bispado de Lamego*, 5 vols. 1977-1992).

Surpreende, também, o descuido do autor na consulta (de resto acessível) de fontes ou trabalhos que cita através de obras irrelevantes para o assunto, como o *Estudo da arte da talha das capelas particulares dos Arciprestados de Lamego e Tarouca*, tese em História da Arte que utiliza para transcrever uma passagem da obra *Peregrinatio Hispanica*, publicada em 1970 pela Fundação Calouste Gulbenkian (Bronserval, C., fr. (1970). *Peregrinatio hispanica*. Paris, PUF).

De resto, a ausência de um estado da arte prejudica a compreensão da escolha das referências que oscilam entre obras mais clássicas sobre o tema de autores académicos recentes como Maria José Pimenta Tavares, ou obras mais generalistas e desactualizadas como a *História da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida. Sem qualquer preocupação em questionar a validade e o rigor da informação veiculada, o autor apresenta ainda ligações para sítios-em linha e obras sem valor académico ou científico, deixando de fora trabalhos como os de Elvira Mea, nomeadamente a sua tese sobre a Inquisição de Coimbra (Mea, E. C. d. A. (1997). *A Inquisição de Coimbra no século XVI: a instituição, os homens e a sociedade*. Porto, Fundação Eng.º António de Almeida), tribunal cujos âmbitos de acção foi também tratado por Luiz de Bivar Guerra - com notável interesse para o estudo das redes do cripto-

-judaísmo na região do Douro e em Lamego (Guerra, L. d. B. (1972). *Inventário dos processos da inquisição de Coimbra, 1541-1820: Leitura e introdução de Luiz de Bivar Guerra*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português).

É, contudo, nos pontos III e IV, respectivamente *Judeus de Lamego* e *Principais famílias judias de Lamego*, em que o autor se propõe analisar o que apresentará de seguida: a sistematização da descendência de indivíduos de origem pretensamente judaica. Da mesma forma que não apresenta metodologias, também não define ou elenca claramente as fontes sobre as quais opera, as quais depreendemos (pelas anotações em rodapé) sejam, primariamente, os processos do Tribunal do Santo Ofício, depositados na Torre do Tombo.

Sem elaborar qualquer crítica às fontes (revelando assim se trabalhou directamente sobre as mesmas ou sobre resumos digitais), para informar o leitor sobre as características internas da mesma e assegurando a validade da informação nela veiculada (de origem oral, obtida em circunstâncias de prisão e tortura) passa à apresentação dos 24 títulos em que lista indivíduos organizados verticalmente por gerações, por vezes acrescentando às informações extraídas dos processos, algumas anotações biográficas, nem sempre corroboradas por indicações sobre a sua origem arquivística ou bibliográfica.

Naturalmente que a organização destas linhas consanguíneas, contribui para o reconhecimento de famílias, ramos e troncos o que constituiu valioso auxílio para o identificação de comportamentos e práticas e não o contrário, pois como se pode inocentemente aferir sobre a verdade de testemunhos obtidos sob ameaça? Como podemos tomar como válidas tantas denúncias sem o devido estudo crítico sobre a construção e utilização deste tipo de fonte?

A forma de apresentação descendente dos indivíduos, gráfico amiúde utilizado pelos genealogistas, ganha porém especial relevância por se acompanhar, em alguns casos, da referência aos apadrinhamentos, que alargam o leque das relações de sangue apresentadas. Mas o autor não explica a origem dos títulos, nem a razão da sua extensão (em alguns casos até quase ao século XX) que se apresentam, iniciam ou distinguem, ora por simples apelidos, ora por apelidos associados a determinados topónimos, casas ou quintas - sem o que saibamos a razão da sua distinção nos referidos títulos e em parágrafos (§).

A genealogia, como qualquer ciência, necessita abalizar-se na apresentação crítica do seu aparelho metodológico, procurando definir e escrutinar formas de recolha, apresentação e interpretação da informação.

Não é a formação do genealogista que define a qualidade do trabalho, muito embora (como neste e outros casos) a genealogia seja frequentemente campo de trabalho para não historiadores.

Mas urge distinguir entre genealogia recreativa e genealogia científica, conferindo a esta última o lugar tantas vezes preterido nos estudos biográficos, de carácter social ou sociológico que exigem o tempo, o lugar e as circunstâncias que deram origem a este trabalho –custodiado por uma instituição universitária portuguesa.

REVISTA DO INSTITUTO DE HISTÓRIA
E PATRIMÓNIO DA UPP
REVISTA DO INSTITUTO DE HISTÓRIA
E PATRIMÓNIO DA UPP
REVISTA DO INSTITUTO DE HISTÓRIA
E PATRIMÓNIO DA UPP
REVISTA DO INSTITUTO DE HISTÓRIA
E PATRIMÓNIO DA UPP

Normas editoriais

1. A Revista Douro – Vinho, História e Património – Wine, History and Heritage recebe propostas de trabalhos académicos originais em ciências sociais sob a forma de artigos, estudos e notas e recensões de livros. A publicação dos trabalhos está sujeita à avaliação de referees anónimos e dos membros do conselho de redacção da revista. Os artigos podem ser propostos em português, inglês, francês ou espanhol.
2. Os trabalhos propostos à Revista Douro – Vinho, História e Património – Wine, History and Heritage devem ser enviados num único ficheiro, *Word* ou compatível, em corpo 12, a espaço e meio, por correio electrónico, para aphvin@gmail.com.
3. Os artigos não devem ultrapassar 40.000 caracteres, incluindo notas, bibliografia; e quadros; As recensões não devem ultrapassar 7.000 caracteres.
4. As notas devem ser reduzidas em número e dimensão. Os quadros, figuras e mapas deverão ser numerados e colocados no final do texto, tendo este a indicação dos locais onde devem ser inseridos. A bibliografia é colocada depois dos quadros e fotos e contém apenas as obras referenciadas, ordenadas alfabeticamente.